



ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
FINAL

PARECER

**Assunto:** Projeto de Lei Complementar nº 215/2022

**Autor:** Prefeito Municipal

**Ementa:** "Dispõe sobre a autorização, ao Poder Executivo Municipal, para o pagamento, em caráter excepcional, da premiação do "Programa de Valorização do Mérito no Ensino Fundamental e na Educação Infantil" aos professores e pedagogos em efetivo exercício do Magistério da Educação, na Rede Municipal de Ensino — a que se refere a Lei nº 4.499, de 20 de dezembro de 2013 (Programa de Valorização do Mérito no âmbito das Escolas de Ensino Fundamental Regular da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina), com modificações posteriores, e a Lei nº 4.668, de 22 de dezembro de 2014 (Programa Valorização do Mérito na Educação Infantil no âmbito das Unidades de Ensino da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina) —, na forma específica, e dá outras providências".

**Relator:** Ver: Aluísio Sampaio

**Conclusão:** Parecer favorável à tramitação, discussão e votação do presente projeto de lei

**I – RELATÓRIO**

O ilustre Chefe do Executivo local apresentou Projeto de Lei Complementar que possui a seguinte ementa: "Dispõe sobre a autorização, ao Poder Executivo Municipal, para o pagamento, em caráter excepcional, da premiação do "Programa de Valorização do Mérito no Ensino Fundamental e na Educação Infantil" aos professores e pedagogos em efetivo exercício do Magistério da Educação, na Rede Municipal de Ensino — a que se refere a Lei nº 4.499, de 20 de dezembro de 2013 (Programa de Valorização do Mérito no âmbito das Escolas de Ensino Fundamental Regular da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina), com modificações posteriores, e a Lei nº 4.668, de 22 de dezembro de 2014 (Programa Valorização do Mérito na Educação Infantil no âmbito das Unidades de Ensino da Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina) —, na forma específica, e dá outras providências".

Em mensagem de nº 044/2022, o autor explana que a proposição apresentada tem por escopo autorizar o Poder Executivo Municipal a proceder o pagamento, em caráter excepcional, na forma definida, da premiação do "Programa de Valorização do Mérito no Ensino Fundamental e na Educação Infantil" aos professores e pedagogos em efetivo exercício do Magistério da Educação, na Rede Municipal de Ensino, independente de





## ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

### II – EXAME DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, observa-se que o projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto nos arts. 99 e 100, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina - RICMT.

Observa-se, ainda, que o autor articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto no art. 101 da mesma norma regimental.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, nenhum óbice de ordem técnico-formal existe, daí porque merece a matéria toda consideração da edilidade no tocante a tais aspectos.

### III - ANÁLISE SOB OS PRISMAS LEGAL E CONSTITUCIONAL

O projeto em análise pretende autorizar o Poder Executivo Municipal a proceder o pagamento, em caráter excepcional, na forma por ele definida, da premiação do "Programa de Valorização do Mérito no Ensino Fundamental e na Educação Infantil" aos professores e pedagogos em efetivo exercício do Magistério da Educação, na Rede Municipal de Ensino, independente de avaliação do índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, categoria da escola ou inscrição no Programa, previstos na Lei nº 4.499, de 20.12.2013 (Programa de Valorização do Mérito — Ensino Fundamental), com modificações posteriores, e independente de Avaliação Externa de Desempenho, prevista nos arts. 40 e 8º, da Lei nº 4.668, de 22.12.2014 (Programa Valorização do Mérito — Educação Infantil).

Quanto à iniciativa legislativa, a referida proposição não apresenta qualquer óbice, haja vista que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 estabelece que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos, bem como seu regime jurídico. Eis a redação do mencionado dispositivo constitucional:

*Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal*





## ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

*Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores, são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa ou privativamente à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, entre as matérias previstas nos artigos 61, § 1º, e 165 da Constituição Federal, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, da iniciativa do prefeito como Chefe do Executivo local, os projetos de lei que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; o regime jurídico único e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e os créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 7ª ed. p.443) (grifo nosso)*

*In casu*, o projeto de lei em análise foi enviado a esta Casa Legislativa através da Mensagem nº. 044/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Da leitura da proposição, é de se ver que o programa por ela instituído, com o escopo de valorizar o mérito dos profissionais de magistério, no âmbito das unidades de ensino da educação infantil e das escolas de ensino fundamental regular da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, têm por finalidade motivar os profissionais do magistério para a melhoria da prática docente e contribuir para a elevação do desempenho acadêmico dos alunos.

Diante da explanação acima, conclui-se que a proposição legislativa vai ao encontro do ordenamento jurídico, haja vista que disciplina, com fulcro em bases constitucionalmente legítimas, assunto de interesse evidentemente municipal.

#### IV – CONCLUSÃO:

Desse modo, opina a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, anuindo com o voto do relator, opina FAVORAVELMENTE à tramitação, discussão e votação do projeto de lei ordinária ora examinado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

